

Mayara Amanda Januário

## Memórias Sacrílegas: Inquisição na Literatura de São João del-Rei no século XIX

Graduada em História pela UFSJ  
E-mail: mayjanuario@hotmail.com

**Resumo:** O século XVIII contou com uma expressiva atuação do tribunal da Inquisição nos domínios tropicais lusitanos. Na capitania das Minas Gerais, na Vila de São João del-Rei, três padres foram retidos pelos agentes inquisitoriais logo que se torna público o casamento do Padre José Rodrigues Pontes, ocorrido em 1799. No desenvolvimento do processo, os réus foram conduzidos para Lisboa, onde foram julgados e sentenciados. Este episódio fora retratado na literatura local no século XIX, quase cem anos depois, tornando-se expressivo para a cultura local até os dias atuais. Esta documentação oferece riquíssimas possibilidades de análises das relações entre História, memória e literatura, nas concepções de Pierre Nora e Jacques Le Goff.

**Palavras Chaves:** Inquisição- Minas Gerais- Memória-Literatura

**Abstract:** During the eighteenth century, the Inquisition proceeded intensily in tropical Lusitanian domains. In the captaincy of Minas Gerais, in the village of São João del-Rei, three priests were detained by Inquisitions agents as soon as the wedding of Father José Rodrigues Pontes became public in 1799. As the events developed, the defendants were taken to Lisbon, where they were judged and sentenced. This episode was featured in the local literature in the nineteenth century, almost one hundred years later, becoming significant for the local culture to this day. This documentation provides very rich opportunities for analysis of the relationship between history, memory and literature, among the ideas of Pierre Nora and Jacques Le Goff.

Enviado em 5 de julho de 2010  
e aprovado em primeiro de  
setembro de 2010

**Key words:** Inquisition- Minas Gerais- Memory- Literature

É sabido que a historiografia do século XX alargou as perspectivas teórico-metodológicas da Ciência Histórica e incorporou áreas subjacentes ao seu campo de estudo. Neste sentido, ampliou o conceito de fonte ao mesmo tempo em que reduziu suas pretensões a uma História totalizante, destarte, ao incluir temas e objetos, fragmentou-se. Dentro da chamada crise dos paradigmas, a História debruçou-se na interdisciplinaridade em busca de saídas para o vazio surgido.

Passa-se, então a entender a literatura como objeto de estudo para o Historiador, compreendendo-a como produto cultural e expressão de uma visão de mundo própria de um determinado tempo. Ou seja, a literatura dialoga com a sociedade em movimento ao mesmo tempo em que testemunha um passado, independente do estilo ou da subjetividade que lhe é inerente. Sem adentrar no mérito da questão, que discute ficção e realidade, o que nos importa saber é que a literatura é capaz de fazer uma leitura, uma narrativa, representação imagética de algo, atrelada à experiência temporal, objeto da História por excelência (MENDONÇA & ALVES, 2010). Em outras palavras, na intenção de se tomar a literatura como objeto de análise, nosso esforço como historiadores é de historicizar a obra literária e apreender “a forma como esta constrói ou representa a sua relação com a realidade social” (CHALHOUB & PEREIRA, 1998: 7).

Nas interfaces entre história e literatura, estabelecendo um recorte micro-histórico, realizaremos, a partir de um plano geral, uma incursão vertical potencializando a emergência das especificidades dos agentes históricos, a complexidade de seus elementos e a riqueza de detalhes que num primeiro momento ou num estudo esquemático não são contempladas. São os estudos micro-analíticos que revelam exemplarmente de que é feita a História: de indivíduos com uma pulsante vida irreduzível a denominações genéricas e plurais.

O caso Pe. José Rodrigues Pontes e suas memórias, objeto deste trabalho, pode ser considerado como o que Ginzburg definiu como excepcional-normal (GINZBURG & CASTELNUEVO, 1991). Normal porque, como tantos outros na sociedade colonial e principalmente no cenário mineiro, era clérigo, como seus pares, exercia em São João del Rei, com zelo ou não, as funções pelas quais fora ordenado. Branco, com sua condição social estável, figurava no grupo daqueles que eram proprietários de si mesmos e de alguns bens razoáveis. Excepcional porque, sendo padre e intencionado de se casar, caiu sob os poderes da Santa Inquisição nos fins do século XVIII levando consigo outros dois clérigos. Mais do que isto, marca sacrilegamente a produção literária São Joanense no século XIX, permanecendo de forma notória no imaginário local, sendo fomentador de contendas até os dias atuais (OYAMA, 2005).

Capaz de gerar memórias após quase um século, o casamento do padre Pontes está longe de ser um corriqueiro caso de devassidão na esfera religiosa. Quando cruzadas com as documentações locais de fácil acesso, tais informações ganham vulto, dignas de um debruçado trabalho de pesquisa documental e historiográfica. Quando reportado do particular ao universal, o estudo de caso do casamento do padre José Rodrigues Pontes apresenta-se como uma análise útil das apropriações do passado, mencionado pelos testemunhos literários indiretos e pelas fontes oficiais prenes do discurso moralizante instituído.

Do ponto de vista metodológico, a micro-história avança nas pesquisas historiográficas por romper com as práticas generalistas e por alcançar com maior propriedade o homem enquanto sujeito histórico. O espaço local, elevado à categoria central de estudo, constitui-se uma nova possibilidade de análise no quadro das interdependências entre agentes e fatores determinantes de experiências históricas escolhidas pelo historiador. Tomar este método de análise implica em considerar detalhes aparentes ou sutis, deslocando-se dos grandes contornos e das linhas gerais, valorizando e dotando de significado relações plurais em seus diversos elementos constitutivos.

Ao eleger o específico como circunscrição de análise, como escala própria de observação, contudo, não abandonamos as margens, as normas, que, regra geral, ultrapassam o espaço local e lhe conferem maior abrangência. A escrita da história local costura ambientes intelectuais, ações políticas, processos que envolvem comunidades regionais e globais. Sendo assim, o exercício historiográfico incide na descrição dos mecanismos de apropriação, adaptação, resposta e criação, às normas que tangem o universo particular. Enquanto território, esboça também dimensões de espaço e tempo construídos por um processo de socialização, capaz de formar traços de identidade, de dialogar com o diferente, de produzir simbolismos (LACERDA FILHO, 2005). Mais do que isto, delinea espaços para as relações presente e passado, cultura e sociedade, entendendo a literatura em questão como uma produção de seu tempo que dialoga com o século do ouro. Memória, sobretudo. Resignificada, relida, reelaborada, reescrita. Memória do século da Inquisição expressa na literatura de São João del-Rei do século XIX e que em termos metodológicos, necessita ser adequadamente interrogada em sua lógica social (CHALHOUB & PEREIRA, 1998: 7, 8).

Fruto de um trabalho empírico iniciado em outubro de 2008 sob a orientação da Professora Maria Leônia Chaves de Resende, que atualmente pesquisa Inquisição nas Minas Gerais, neste trabalho atendo-me às questões de memória que este implica, recortando o que já venho desenvolvendo em minha monografia.<sup>1</sup> Ao tomar a sacrílega produção literária São Joanense do século XIX como objeto de estudo, utilizo-a enquanto lugar de memória e produção sócio-construída de um grupo cuja abordagem de um passado recente sugere uma realidade atípica de uma diferente experiência temporal. Para tanto, parto dos conceitos de Pierre Nora e Le Goff e utilizo como fontes<sup>2</sup> as obras de Modesto Antônio Paiva e José Antônio Rodrigues, notórios literatos locais nos oitocentos.

### **A literatura enquanto lugar de memória**

O passado impalpável encontra nos lugares de memória espaços evocativos por excelência. Nora nos sublinha o caráter artificial da memória, uma vez que esta é construída socialmente e obedece a uma lógica quase sempre imprevisível. Segundo Nora, “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora” (NORA,

---

1 Graduada em História pela Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: mayjanuario@hotmail.com

2 Este trabalho contou com fontes de natureza diversa, que serão elencadas ao fim do artigo.

1993:12). Entre as complexas relações entre memória e história e os vestígios residuais e desconexos deste passado distante, a memória de um grupo se apresenta como efeito da experiência da aceleração incontrolável do tempo. O rápido desprendimento da temporalidade anterior faz com que a memória se mostre primeiramente como uma necessidade: é preciso lembrar. Mais do que nunca, para não recair numa concepção de tempo única, é necessário ter memória. Os usos e abusos deste passado fazem da memória uma tradição definidora, portadora de uma herança que dá sentido e forma, é viva, mutável, pulsante. É como se ela, enquanto narrativa, viesse a cumprir o papel que o mito tem nas sociedades tradicionais, ou seja, fundamentar e organizar. Assim, a memória em seu uso indiscriminado dá sentido a um determinado acontecimento ou contexto cuja construção não obedece as regras científicas, mas à satisfação de uma necessidade. Neste sentido, a memória serve às demandas do presente uma vez que é ele quem lhe dita as regras.

Do outro lado está a História, como uma narrativa unificadora, ela separa e seleciona os fatos. Sua tarefa é matizar a memória, situá-la no tempo, problematizá-la, denunciá-la. A História nos abre a prerrogativa de lembrar o que não lhe é mais inteligível, sob a forma de uma apropriação pertinente e consciente de si mesma, na égide da cientificidade. Nora apresenta sua categoria de “Lugares de Memória” como resposta a essa necessidade de identificação do indivíduo contemporâneo, mais especificamente do indivíduo moderno. São nos grupos culturais, sexuais, étnicos, comportamentais, de gerações, de gêneros, entre outros, que se procura ter acesso a uma memória viva e presente no cotidiano. Nora conceituará os lugares de memória como, antes de tudo, um misto de história e memória, momentos híbridos, pois não há mais como se ter somente memória, há a necessidade de identificar uma origem, um nascimento, vivificando o passado e fossilizando-o novamente. (ARÉVALO, 2008). Deste modo há a possibilidade de se acessar a uma memória reconstituída que nos dê o sentido necessário de identidade. Uma vez que não há memória espontânea, é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários e escrever livros ou poesias. Aí reside a tarefa dos lugares de memória: estes são espaços onde a ritualização de uma memória-história pode ressuscitar a lembrança. Ou seja, o lugar de memória é um meio para um fim.

Lucette Valensi sinaliza para as imagens, escolhas e usos do passado em seu estudo sobre o Sebastianismo (VALENSI, 1994). O que nos salta aos olhos são as escolhas recorrentes: o memorável é sempre aquilo que foi significativo. Nesta perspectiva, a memória revela suas facetas: do período de negativa ao uso sistemático, o passado quase sempre nebuloso não se revela. Permanece “fabuloso”, reinventado, carregado de expectativas, e, sobretudo, margeando o presente, seja na cultura popular, na cultura escrita ou no ideário político. As imagens ressignificadas de Dom Sebastião, rei lusitano morto misteriosamente numa batalha, incidem até mesmo sobre os estudos acerca de Canudos, dentro de uma realidade geográfica e temporalmente diversa, no suposto monarquismo de Antônio Conselheiro.

Não só figuras históricas, porém, são retomadas no tempo e no espaço. O estudioso Geraldo Pieroni aponta para as conexões entre memória, literatura e História ao elencar as obras ficcionais que abordam a Inquisição como temática. Dentre elas, destacam-se a tragédia escrita por Domingos José Gonçalves de Magalhães: *Antônio José, ou o poeta e a Inquisição* publicada em 1836; *O judeu*, de 1866, e *A caveira e o Mártir*, de 1875, ambas de Camilo Castelo Branco. São elencados também *Um fato da Inquisição no Brasil e o heroísmo*

*de uma capixaba*, datado de 1876 e de anônima autoria; *O amor de um padre, ou a Inquisição em Roma*, peça teatral de 1839 e remontada em 1877; *Os ratos da Inquisição*, escrita pelo judeu português Antônio Serrão de Crasto em 1883 e *Mistérios da Inquisição* em 1900 (PIERONI, 1997: 200). Nestes casos, a significativa produção literária do século XIX escolhe a Inquisição como palco para desenrolar suas tramas das mais variadas naturezas, tangenciando História e ficção ao tomar alguns processos inquisitoriais como fonte inspiradora aliados à inventividade de seus autores. Embora despreocupados em basear tais obras em uma pesquisa documental rigorosa, esta literatura é apontada como importante meio “para compreensão da dimensão e da dinâmica criativa como produto da influência de certas instituições” (PIERONI, 1997: 200).

À exemplo de Dom Sebastião, as releituras acerca do Santo Tribunal aproximam-se dos aspectos de sua autoridade e poder institucional, capazes de ganhar corações e mentes no Antigo Regime. Dentro desta perspectiva, a Inquisição é apresentada em suas representações multifacetadas, relida e reapropriada ricamente numa nova experiência temporal, conectando passado e presente e constituindo um significativo objeto de estudo para o historiador, principalmente aquele que for afinado com as tendências da nova História cultural. Ronaldo Vainfas, expoente desta temática, em recente trabalho estudou o apóstata Jesuíta Manoel de Moraes, (VAINFAS, 2008) réu do Santo Ofício Português no século XVII e fomentador de memórias nos anos subsequentes. Além de algumas menções em diversas obras, foi retratado no “romance histórico” de João Manuel Pereira da Silva, *Manuel de Moraes*, datado de 1866. Não bastante, a obra foi traduzida para o inglês por Robert Francis Burton duas décadas depois. Segundo Vainfas, “Um exemplar da literatura romântica oitocentista que, no caso pernambucano, romanceou a vida de personagens ou fatos coloniais. Nostalgia das elites regionais” (VAINFAS, 2008: 327).

Também Fernando Gil Portela Vieira dissertou acerca da cristã-nova Branca Dias, portuguesa que veio refugiar-se do tribunal em terras Brasília no século XVI. De semelhante modo, fora registrada algumas vezes na literatura nordestina dos séculos XIX e XX: a peça Branca Dias dos Apipucos, de 1858 em Pernambuco; em dois artigos, datados de 1897 e 1901, na Paraíba; e num livro intitulado *A Inquisição na Paraíba: o supplicio de Branca Dias*, de 1924, além de figurar na cultura popular (VIEIRA, 2007).

Contudo, trabalhos desta natureza são exceções. O campo permanece carente de pesquisas mais profundas que possam emergir casos como estes, de forma a estabelecer um estudo sistemático sobre as reapropriações da Inquisição feitas à *posteriori*. Enquanto este panorama nos parece distante, debruçemo-nos sobre o caso do padre José Rodrigues Pontes, até o momento ignorado pela historiografia, a fim de que se delineiem as características mais gerais e/ou específicas deste tipo de produção literária, lugar de memória e monumento por excelência. Ao se registrar na literatura São Joanense a memória de um passado sacrílego, ou seja, ao se fundar este “lugar de memória”, estava aberta a passagem que os reportaria àquela temporalidade qualitativamente diferente, em que através dela fosse possível lembrar. Mas, o que e por que estava sendo lembrado? Quais os sentidos admitidos da rememoração do episódio do casamento do Padre José Rodrigues Pontes no imaginário local?

### **As obras de Modesto Paiva e José Antônio Rodrigues**

O primeiro a registrar na literatura São Joanense a memória do casamento do Pe. Pontes fora o comendador José Antônio Rodrigues numa extensa nota de rodapé em seu livro “Apontamentos da população, topographia e noticias chronologicas do Municipio da Cidade de S. João del-Rey”, publicado em 1859. Esta obra de José Antônio Rodrigues contém informações gerais imprecisas, grosso modo, acerca dos aspectos da sociedade em São João del Rei, o que não impossibilita completamente, porém, sua pertinência histórica. O trecho das páginas 22 e 23 dedicado ao caso Pe. Pontes relata o envolvimento de padres São Joanenses com o Santo Ofício, em uma extensa e única nota de rodapé, situando o episódio entre as demais notoriedades da cidade. O segundo registro data de

1885 na publicação do livro “O Casamento do Padre Pontes”, numa obra cujo enredo é exclusivamente a narrativa romanceada do matrimônio do padre e seu trato pela Inquisição. São cento e nove páginas dedicadas à memória sacrílega; cuja origem, segundo o autor, deve-se à transmissão oral daqueles contemporâneos aos fatos.<sup>3</sup> Por ocasião da publicação deste livro, o jornal *O domingo*, de 6 de janeiro de 1886, comenta com ressalva na coluna Bibliographia o conteúdo histórico da obra. Ou seja, à revelia dos esforços do Comendador em registrar com riqueza de detalhes a memória de um passado em boa medida fidedigno, a crítica local entende-o plenamente como ficção, embora não rejeite a ideia de que é possível ter havido um ato de sacrilégio neste passado colonial. Já na edição do Jornal São João del-Rei, de dezembro de 1885, o livro é considerado bastante agradável<sup>4</sup> pelos críticos. Em “Noites de Insomnia”, publicado em 1892, obra lírica romântica manifestada em versos harmônicos e suaves, em que Modesto de Paiva “dá alma ao verso e coração à rima” há um poema dedicado ao Comendador José Antônio Rodrigues, intitulado: “O casamento do Padre Pontes”. Vários registros, uma memória: um século depois, Inquisição em São João del-Rei.

### Do registro oficial à memória impressa

De fato, diferente do que pensava Oyama Ramalho sobre a literatura acerca do episódio do casamento do padre Pontes, em junho de 1799, motivado pelo “excesso do seu primitivo afeto”<sup>5</sup>, o padre José Rodrigues Pontes comete o delito de bigamia similitudinária (OYAMA, 2005). Natural da vila de São José, seu pai de mesmo nome<sup>6</sup> era capitão, reinol e teria vindo muito jovem para as terras brasílicas, onde se casou com Tereza Maria de Jesus, natural do Bispado de Angra dos Reis e que da mesma forma teria vindo ainda moça para as Minas Gerais. Desta união, José Rodrigues Pontes era filho único, e os três possivelmente viviam em uma confortável casa<sup>7</sup> na rua da Matriz de Santo Antônio na vila da São José del-Rei, vivendo dos rendimentos do cargo de honra e dos negócios de seu pai, servindo-se dos oito escravos que dispunham, até que José Rodrigues Pontes se ausentou da vila com destino ao seminário, dedicando-se à carreira sacerdotal.

---

3 No próêmio da obra, descreve o autor o modo pelo qual a oralidade tratou de reproduzir o episódio: “Um facto notavel e raro deu se em S. João d’El-Rei, no seculo passado, que, conservado apenas na tradição, vai se obliterando da memoria da geração presente: é o astucioso *casamento do padre Pontes*. Na minha infancia costumava a ouvir historias contadas por minha tia I. de Lima, mulher idosa, porém de uma reminiscencia prodigiosa.” Acervo da Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida. RODRIGUES, José Antônio. *O casamento do Padre Pontes*. São João del-Rei: Gazeta mineira, 1885.

4 AMRSJDR, Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei, Jornal São João del-Rei, 25/ 12/ 1885, Ano I, n° 3, caixa 176.

5 ANTI, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, processo 12571. Este processo é tema de monografia de final de curso em História, intitulada “Entre o Amor e o Sacrilégio: o casamento do Pe. José Rodrigues Pontes”, de autoria de Mayara Amanda Januário, sob a orientação da Profa. Maria Leônia Chaves de Resende.

6 Arquivo do Museu Regional de São João Del Rei, Inventário de José Rodrigues Pontes, caixa n° 366, fol. 1 e 10.

7 AEAM, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Processo de Habilitação De Genere, Vitae et Moribus, armário 08, pasta 1295.

Após aplicar-se aos estudos de latim e moral, cerimônias e canto eclesiástico, o padre Pontes é ordenado em Mariana, em 1785 (CINTRA, 1982: 521). Já em 1794 era capelão na freguesia da Conceição da Barra, em São João del-Rei. No exercício de suas ordens, nossa personagem demonstrava uma postura irrepreensível, cuidando dos sacramentos que administrava, inclusive impedindo uniões em tempos desfavoráveis, conforme as orientações da Igreja. Contudo, entre batizados e cerimônias religiosas, aproximou-se intensamente da família de Bernardo Antônio de Souza Almeida, seus paroquianos da freguesia. Em 1795, nosso sacerdote batizara Cândida, a neta da família, e um pequeno escravo, cujos padrinhos foram Joaquim José de Souza, também padre, e Policena Xantipa, de apenas treze anos na época. Os encontros destes personagens em torno da pia batismal não pararam aí.

Entre 1796 e 1797, os membros da família Souza Almeida e o Pe. Pontes se encontraram nesta condição mais três vezes,<sup>8</sup> uma delas, a mais significativa, batizando o cativo Joaquim, filho de Geralda crioula, ambos propriedades de nosso clérigo. A este inocente apadrinharam mais uma vez a dupla Joaquim José de Souza e Policena Xantipa, bem registrado por Pontes como os “filhos do Licenciado Bernardo Antônio Sousa Almeida”. Segundo o mesmo registrara, o padre Joaquim José de Sousa o acompanhava nas visitas do Santíssimo Sacramento aos enfermos e com zelo o ajudava nas ocupações de capelão<sup>9</sup>. Tamanha proximidade resultou no acolhimento do padre Pontes pela família Sousa Almeida, assim que Tereza sua mãe morreu e o padre amargara a solidão, em 1796.

No convívio da família Souza Almeida, o Pe. Pontes se surpreende afeiçoado a Policena, a filha solteira do licenciado Bernardo. Como descreve a documentação, permanecia em sua companhia por várias horas, experimentando por parte da moça igual correspondência afetiva.<sup>10</sup> Ao que sabemos, Policena era muito jovem e órfã de mãe, falecida desde 1787. A moça e seu padre, “exaltavam suas chamas de concupiscência” até que se tornaram públicos e notórios, motivo de escândalo no arraial, numa presumida relação de concubinato, causando alvoroço entre os habitantes de Conceição da Barra.<sup>11</sup>

Intencionado de viver maritalmente com aquela mulher e ciente de sua impossibilidade de fazê-lo sendo padre, numa manobra curiosa, Pontes falsificou astuciosamente um breve de dispensa de suas obrigações eclesiásticas e contraiu matrimônio com a jovem Policena, após persuadir seu pai e seu irmão de que aquilo era possível. A forjada cerimônia teve como celebrante do sacramento o padre mulato<sup>12</sup> e contratador de dízi-mos em Queluz, Francisco Justiniano Pereira de Carvalho, e como testemunha o padre escrivão em São João del-Rei, Sebastião José da Freiria.<sup>13</sup> Contentes com as núpcias, se reuniram no domingo seguinte para festejar em um jantar, regado a sete ou nove frascos de vinho, na presença de vários clérigos que se saudavam e cumprimentavam os noivos.

---

8 Arquivo da Matriz do Pilar de São João del-Rei, Livro 24, p. 495.2.

9 AEAM, Processo de Habilitação De Genere, Vitae et Moribus, armário 06, pasta 0984.

10 ANTT, Processo 12571.

11 Ver mais em: JANUÁRIO, Mayara. O padre e a moça de portas adentro: um estudo de caso acerca do cotidiano e da vida privada nas Minas Setecentistas. *História e-História*, set 2010. Disponível em: <http://www.historiachistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=128> (acesso 18 out 2010).

12 AEAM, Processo de Habilitação De Genere, Vitae et Moribus, armário 04, pasta 0577.

13 AEAM, Processo de Habilitação De Genere, Vitae et Moribus, armário 10, pasta 1761.

No entanto, a notícia do casamento sacrílego veio a público rapidamente logo que se descobriu a falsificação do documento elaborado para tanto. Na capitania do ouro, os buchichos dos paroquianos e a delação mútua eram instrumentos fundamentais para se capturar os errantes da fé e da moral. Os padres envolvidos no escândalo foram presos na cadeia de São João del-Rei, a fim de serem enviados para Lisboa para dar contas ao Tribunal do Santo Ofício. Contudo, mais uma vez, em engenhosa operação, o padre Pontes escapou do cárcere sem maiores dificuldades, possivelmente com o auxílio de Manoel Alves de Almeida<sup>14</sup>, considerado culpado nos autos pela fuga. Os outros dois envolvidos foram remetidos a Lisboa, e lá esperariam o desenrolar do processo.

Assim procedeu a mesa inquisitorial no dia 21 de setembro de 1800, passado já um ano do afamado casamento, quando o Pe. Freiria fora retirado do cárcere para responder ao interrogatório. O homem, de então 51 anos, mostrando-se resolvido em confessar o que lhe cabia. Admitiu junto aos inquisidores sua participação no casamento, arrumando os paramentos, respondendo às preces e tomando parte na festa, alegando, entretanto, ter sido vítima da má fé do Padre Pontes, quanto ao caráter sacrílego do casamento. Permanecera, portanto, inconfesso, para desgosto do Tribunal, sem sentir-se mal dos preceitos sacramentais católicos, em especial o casamento e o celibato. A mesa determinou que ele deveria arcar com pena pecuniária e fosse suspenso, por seis meses, do exercício de suas ordens, além do degredo da comarca, sentença que, ao final, foi toda comutada pelo tempo que amargara na prisão.<sup>15</sup> Com efeito, o padre Freiria retornou a sua terra natal, bem como ao ofício de sacerdote já em 1803,<sup>16</sup> aqui falecendo muito velho e doente em 1833,<sup>17</sup> deixando porém alguns parentes testemunhas do ocorrido.<sup>18</sup>

Já o celebrante do matrimônio, o padre Francisco Justiniano Pereira de Carvalho, não chegou sequer a ser ouvido. Morreu nos cárceres da Santa Inquisição. Não havia sinal de suicídio, era o que afirmava a comissão avaliadora, e sim que este fora atacado por uma terrível moléstia, hidropsia do peito, agravada pela “viagem e pelos vapores marinhos”.<sup>19</sup>

Após sete anos foragido, o padre Pontes se apresenta espontaneamente à mesa inquisitorial. Fazê-lo livremente era uma forma de atenuar culpa e muitos padres solícitos assim o faziam, antes que recaíssem mais denúncias sobre eles, porém, ao mesmo efeito não estaria submetido ao nosso clérigo, uma vez que o delito era outro e as testemunhas contabilizavam mais de uma dezena. A esta altura, o tribunal desejava ouvir e averiguar a versão do principal implicado na questão.

Finalmente interrogado pelo inquisidor, e de posse de uma fabulosa carta, padre Pontes relata à mesa o que lhe sucedera ao longo destes sete anos desaparecido: uma aventura em que percorreria boa parte do território da colônia, passando-se para os domínios espanhóis, até alcançar o velho mundo e um suposto perdão concedido pelo papa Pio VII. Sozinho, o padre dificilmente poderia percorrer quase toda parte sul da América Portuguesa, alcançar a América espanhola e ir até Portugal e Itália. Ainda que não saibamos seu real destino, o mais provável é que se trate de mais uma engenhosa forma de se apresentar vitimadamente ao Santo Ofício.

---

14 AMRSJDR. Rol dos culpados, livro 1. fol. 144v. Caixa n° 489.

15 ANTT, Inquisição de Lisboa, processo 12571.

16 Arquivo da Matriz do Pilar de São João del-Rei. Livro 24, p.495.2

17 AMRSJDR. Testamento de Sebastião José da Freiria. Caixa n° 4. fol. 55v, 56, 48, 59.

18 É o que revela o Comendador José Antônio Rodrigues na página 8 do próêmio de sua obra.

19 ANTT, Inquisição de Lisboa, processo 12571.

Se a aventura não se comprova, o caso é que o tal indulto pontifício pode ser cogitável. Junto ao processo, há uma declaração de Miguel de Azevedo, notário do “secreto desta Inquisição de Lisboa” de que o nosso padre fizera uma súplica ao tribunal da penitenciária e que o dito tribunal tenha gerado um documento em latim e em italiano, “atestando que o Pe. Pontes esteve no convento de Santa Catarina em Livorno por espaço de 40 dias e foi ótimo e exemplar sacerdote, freqüentou o santíssimo sacramento.”<sup>20</sup> O documento é datado de 11 de Abril de 1806.

Perante a mesa, o padre Pontes confessou suas faltas, atribuindo-as à sua incontrollável paixão, causadora de seu desvario. Dizendo-se profundamente arrependido, alcançou o perdão da pena de degredo para as galés, pela Mesa Inquisitorial ter considerado, frente ao seu depoimento, que ele já havia sofrido equivalentes incômodos no tempo em que esteve em dificultosa fuga. Da mesma forma que seu comparsa, o padre Pontes também foi readmitido ao uso de suas ordens.<sup>21</sup> Em 30 de abril de 1809, o perdão veio a público na missa da Igreja do Pilar, em São João del-Rei.

O destino do padre é uma incógnita. Diferente do que ocorreu com Freiria, não há registro de que o mesmo tenha retornado à vila e ali exercido seu ofício de sacerdote, que fora-lhe restabelecido. Tampouco sabemos se o mesmo tenha falecido ali. Quanto à sua amada Policena, à despeito do destino mais provável das moças brancas casadouras das Minas Gerais, permanecera só, em Campanha da Princesa, chefiando seu fogo até aproximadamente os cinquenta anos de idade; é o que nos permite saber as fontes. Em condições adversas as mulheres eram muitas vezes levadas a assumir atividades tipicamente tidas como masculinas, ingressando no mundo do trabalho e conquistando o próprio sustento. Em geral o faziam em atividades ligadas à agricultura, à pecuária e ao setor têxtil, recebendo um pequeno soldo, ou até mesmo vendendo seus préstimos em pequenos serviços, comercializando quitandas ou até mesmo seu próprio corpo (MACEDO, 2004). Ainda que não fossem maioria, as chefes de domicílio eram significativas e compunham uma teia alternativa nesta sociedade, enfrentando os dissabores das regras misóginas e experimentando paralelamente um certo grau de autonomia. Se de fato Policena estivesse desamparada, é provável que batalhasse para sobreviver, sem alguém que

---

20 ANTT, processo 12571.

21 Dentre os exemplos que caíram nas garras do Santo Ofício, Luiz Mott, levantou em 1991, dez casos de padres que se casaram entre 1536 e 1821. Desses dez, houve quem fosse queimado em estátua, preso por alguns anos, ou ainda quem perdesse o ofício, realizasse trabalhos forçados ou fosse destinado aos duríssimos três ou cinco anos de galés ou sete anos de degredo para a Angola. O erro destes clérigos era entendido como atitude suspeita na fé, por sentirem mal do sacramento da ordem, anexa ao voto de castidade. Segundo os regimentos inquisitoriais o clérigo que tendo ordens sacras, se casasse por palavras de presente, deveria fazer abjuração de leve na mesa do Santo Ofício ou no auto de fé. Poderia ser excomungado em seu pior grau, ser privado do exercício do ofício ou do benefício que tivesse, suspenso para sempre do exercício de suas ordens e ficaria inábil para ser promovido às demais. Na sentença ainda cabia ser degredado para as galés pelo tempo e destino decidido pela mesa, cabendo-lhe também o confisco de bens. As atenuações das penas sofridas pelos réus de São João del-Rei apontam para um caso ímpar desta natureza, uma vez que ao incorrer no crime de bigamia similitudinária, assimilava-se esta falta à bigamia ocorrida entre os leigos, devido à incompatibilidade dos compromissos então assumidos. Estes padres implicados na vila foram notoriamente aliviados do trato rigoroso da excomunhão, do degredo e da privação das ordens. SILVA, Edlene Oliveira. *Entre a batina e a aliança: das mulheres de padres ao movimento de padres casados no Brasil*. 2008. Tese. Doutorado em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

a auxiliasse diretamente. Pelos registros do censo de 1831/32, Policena vivia na Paróquia de Santo Antônio do Vale da Piedade, ganhando a vida em suas costuras, auxiliada pelas escravas crioulas Francisca e Baldoeira, também solteiras, de 30 e 15 anos respectivamente. Sua cativa mais nova auxiliava-a fiando algodão, enquanto a mais velha se ocupava em cozinhar.<sup>22</sup>

Salvo algumas “carregadas nas tintas”, troca de alguns nomes e licenças poéticas, a obra do comendador é consubstancial ao processo Inquisitorial de Lisboa. O casamento, a falsificação do breve, a fuga, a sentença dos padres, dois de seus nomes, enfim, todo episódio está, mal ou bem, ali contido. Tamanha semelhança nos leva a supor que o Comendador tenha tido acesso a fontes extremamente mais seguras que testemunhos orais. A presença ainda de inúmeros familiares dos envolvidos, ou o auxílio de um outro notório, Padre José Maria Xavier, ou até mesmo o contato direto com o processo inquisitorial podem ter sido meios factíveis de José Antônio Rodrigues ter conhecido o caso, embora esta última hipótese seja quase improvável. Conjecturas a parte, o Comendador sabia do que escrevia. A poesia de Modesto Paiva, explicitamente inspirada no livro do comendador, versa nestes mesmos aspectos. Memórias impressas fiéis às práticas coloniais do século XVIII, que sendo silenciadas ao longo de sessenta anos,<sup>23</sup> foram, ao final do século XIX, rememoradas sistematicamente pela elitista produção literária local. Se por um lado, é notável o esforço de um grupo detentor de saber em reafirmar a relevância de atores São Joanenses envolvidos nas querelas do Santo Ofício, ou seja, ainda que por vias inusitadas, apresentar ao público seus conterrâneos que se tornaram ilustres, por outro, a recepção da obra pela crítica local nos revela a presença de nebulosos espectros de um passado sacrílego e a ausência deste específico episódio histórico no imaginário local. Clareza e escuridão se coadunam.

Entre lembranças e esquecimentos, o uso indiscriminado da memória de um passado que, num primeiro momento, é motivo de escândalo numa sociedade de moral e religiosidade arraigadas, num segundo momento torna-se evocável, cristalizado, digno da construção de um lugar de memória, documento e ao mesmo tempo monumento, postergado as gerações vindouras como um acontecimento ímpar na História São Joanense, a despeito das dezenas de atores históricos também inquiridos ao longo dos séculos XVIII e XIX e também das torpezas do clero mineiro. O documento, configurado nesse tipo de narrativa, contém as implicações e expressões de uma determinada época e local como herança social do passado, por representar um testemunho da história.

Segundo Jacques Le Goff, (LE GOFF, 2003) o documento-monumento expres-

---

22 Lista Nominativa, Campanha da Princesa, 1832. É importante salientar que os documentos originais pertencem ao APM (Arquivo Público Mineiro). Os dados em questão foram extraídos do Banco de Dados produzido por pesquisadores do CEDEPLAR-UFMG, sob a coordenação da Professora Dr<sup>a</sup>. Clotilde Paiva.

23 Saint-Hilaire, de passagem por Conceição da Barra em 1819, assim registrou acerca dos padres da região “Que se pode esperar de homens que se afastam tão ostensivamente dos preceitos religiosos que deviam seguir, sem falar em fatos bem mais escandalosos, que preferi silenciar?” Este “silêncio “ é posto por Antônio Gaio Sobrinho com sintoma de que havia ali um mal-estar à respeito dos clérigos, algo a ser velado. Sugere-se que o caso do Padre Pontes esteja aqui implícito: possível menção ao escandaloso clérigo de Conceição da Barra, freguesia de São João del-Rei. SOBRINHO, Antonio Gaio. *Memórias de Conceição da Barra de Minas*. São João del-Rei: Imprensa Universitária, 1990.

sa muito mais do que seu conteúdo superficial, quando se é preservado com a intenção de fazer chegar às gerações futuras parte da memória histórica, considerando que esta pode também ser elaborada por um determinado grupo, que entre os ditos e os não ditos, esboça com quais recursos essa memória deve permanecer para a posteridade. Dessa forma, os documentos escritos, tidos como lugares de memória, mantêm viva a ideia de pertencimento a determinado lugar e a uma dada cultura pelo indivíduo. Lembrar e pertencer, ainda que seja de um reprimível caso de sacrilégio, é a demanda desses importantes literatos, seja sob a forma de uma secundária nota de rodapé, uma obra exclusiva ou um poema.

Porém, para se entender o uso sistemático deste passado colonial, é preciso traçar a temática principal de Modesto Paiva e José Antônio Rodrigues. Estes, independentemente da forma, tratam de São João del-Rei, com hinos às “bellezas e ao progresso da terra natal.”<sup>24</sup> Pioneiros escritores locais trazem a reboque de sua produção literária autônoma a própria construção identitária da cidade, rememorando uma vila do período áureo, temática própria do Romantismo, apegado às origens por essência. É justamente o Romantismo o período literário que marca o início da literatura brasileira no século XIX, pois é neste momento que os autores se dirigem para a realidade local do Brasil. Teria sido no Romantismo que, efetivamente, a literatura brasileira teria se constituído sistematicamente alargando o compromisso com a construção da nação para outros períodos da história literária. Neste gênero, o passado é tomado com emotividade também assumindo o papel de uma origem justificadora ou unificadora de um grupo. Assim, longe de ser um escândalo a ser esquecido, o casamento do padre José Rodrigues Pontes esvazia-se do significado que adquiriu no fim do século XVIII para ganhar nova roupagem no intento literário São Joanense de quase um século depois. Evocado a partir de uma intencionalidade elitista letrada, torna-se símbolo para a identidade local de um denso passado, um “barroquismo” levado aos extremos, característico da gênese destes indivíduos. Opulência nas formas, nos modos, grandeza de uma vila interiorana como muitas outras, mas que, como coloca o comendador “ Não deixou S. João d’EIRei de concorrer com seo contingente para o horrendo tribunal da Inquisição em Lisboa”.<sup>25</sup> Nas palavras de Le Goff, “ a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva [...]” (LE GOFF, 2003: 469), ainda que forjada, negada ou utilizada como instrumento de dominação social.

Ou seja, se o lugar de memória admite um finalidade, a literatura aqui abordada é sem dúvida o registro impresso da sacralização de um passado vazio de sua significação histórica e colocado ao serviço da nascente cultura literária regional atrelada à construção identitária da sociedade. Entre lembranças e esquecimentos, a tentativa sistemática de se retomar a experiência que se perdeu denota e necessidade de se preencher uma lacuna demandada pelo presente. A ordem do dia é compreender a si mesmo enquanto grupo e situar-se no passado colonial, ou reelaborar este passado, reconciliando-se com

---

24 Acervo da Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida. PAIVA, Modesto Antônio. *Noites de insomnia*. Rio de Janeiro: Companhia Editora, 1892.

25 Acervo da Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida. RODRIGUES, José Antônio. *Apontamentos da população, topographia e noticias chronologicas do Municipio da Cidade de S. João del-Rey*. São João del-Rei: Typographia da gazeta mineira, 1859.

ele. É no apego às origens que vão se descobrindo, se reinventando, se reelaborando, e para tanto, se apropriam deste evento histórico numa dialética temporal própria daquela proposta por Nora quando definiu o conceito de “lugar de memória.”

## Conclusão

A memória de um evento isolado, quando registrada com a finalidade de se bloquear seu esquecimento, nos remete a uma nova experiência temporal diferente daquela na qual este episódio ocorreu. A necessidade de se rememorar o grandioso passado colonial admite que este já não existe mais. Os tempos são outros. A Inquisição já não mais vigora, nem mesmo causa temor ou cautela, mas é temática pertinente, recorrente, é memória evocada, ressignificada, ao serviço impositivo de uma cultura elitista detentora do saber ou cocriadora deste, esforçada em resgatar o que é digno de ser lembrado ainda que no imaginário da sociedade como um todo, isto já tenha se perdido. Na via contrária do desuso, o uso abusivo. A despeito de uma inteligível análise da inquisição em São João del-Rei, um registro descompromissado e, ao mesmo tempo, prenhe de significações, elogioso de um passado que por si só se impõe, que é opulento, grandioso, notório. Registro conterrâneo carregado de emotividade, símbolo de uma visão de mundo saudosista própria de quem experimenta um novo regime de temporalidade, uma vez que o Santo Tribunal estava extinto e os tempos coloniais ficaram para trás.

Semelhantes registros dizem-nos muito mais sobre o século XIX do que o XVIII: imagens de um passado produzidas historicamente, mas que revelam as escolhas e rejeições de um determinado presente. Reconhecer um determinado tempo ou evento como pertencente ao passado implica em admitir que este distanciamento do campo de experiência dá lugar a um presente necessariamente diferente e, mais além, abre-se às novas expectativas de um futuro vindouro. E se o lugar de memória é capaz de conservar as imagens de um passado é porque espera-se que este seja capaz de dar sentido às novas experiências temporais, na indissociabilidade do presente e do futuro, numa construção necessariamente de mão dupla, uma vez que é o presente o definidor destas categorias. Bem afirmou José Antônio Rodrigues, em 1885, no epíteto de seu romance: “Para erguer o nosso edifício/ Dá o tempo os materiaes,/ Os dias d’hontem e d’hoje/ São as pedras fundamentaes. (LONGFELLOW.)”<sup>26</sup>.

## Bibliografia:

### Fontes:

Acervo da Biblioteca Municipal Baptista Caetano d’Almeida (São João del -Rei)

*Arquivo da Matriz do Pilar de São João del-Rei*

---

26 Acervo da Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida. RODRIGUES, José Antônio. *O casamento do Padre Pontes*. São João del-Rei: Gazeta mineira, 1885. p. 11.

Livro 24, p. 495.2.

*Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei:*

Jornal: São João del-Rei, 25/ 12/ 1885, Ano I, nº 3, caixa 176.

Inventários: José Rodrigues Pontes, caixa n.º 366, fol. 1 e 10.

Rol dos culpados: livro 1, fol. 144v, caixa 489.

Testamentos: Sebastião José da Freiria, caixa n.º 4. fls 55v, 56, 48, 59.

*Arquivo Nacional da Torre do Tombo:*

### **Inquisição de Lisboa**

Processo 12571.

*Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*

Processo de Habilitação De Genere, Vitae et Moribus, armário 08, pasta 1295.

Processo de Habilitação De Genere, Vitae et Moribus, armário 06, pasta 0984.

Processo de Habilitação De Genere, Vitae et Moribus, armário 04, pasta 0577.

Processo de Habilitação De Genere, Vitae et Moribus, armário 10, pasta 1761.

*Obras:*

PAIVA, Modesto Antônio. *Noites de insomnia*. Rio de Janeiro: Companhia Editora, 1892.

RODRIGUES, José Antônio. *Apontamentos da população, topographia e noticias chronologicas do Municipio da Cidade de S. João del-Rey*". São João del-Rei: Typographia da gazeta mineira, 1859.

RODRIGUES, José Antônio. *O casamento do Padre Pontes*. São João del-Rei: Gazeta mineira, 1885.

RODRIGUES, Jorge. *O domingo*. São João del-Rei, 3 de jan 1886. disponível em: <<http://www.dibib.ufsj.edu.br/jornais/cd10/domingo16.pdf>> (acesso em 23 abr 2009)

### **Obras secundárias:**

ARÉVALO, Maria. *Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto*.

Disponível em <[www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=62](http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=62)>, acesso em 3 de março de 2010.

CINTRA, Sebastião. *Efemérides de São João del-Rei*. 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa oficial. 1982.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A História contada: capítulos da história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e interpretações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Edusc, 2003.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUEVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas: São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

LACERDA FILHO, Mozart. *Nova História Cultural e Micro-História - uma breve Reflexão sobre suas Origens*. Disponível em: [http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art\\_.asp?id=5619](http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=5619), acesso em 25 fev 2010).

LE GOFF, Jacques. *História e Memória* (Trad. Bernardo Leitão). 5 ed. Campinas, São Paulo, Editora da UNICAMP, 2003.

MACEDO, Concessa Vaz de. *Trabalho Feminino e suas Técnicas: Processo de Trabalho e Organização da Indústria de Fios e Tecidos em Minas Gerais no Século XIX*. Relatório Final de Pesquisa: Cedeplar/FACE/UFMG, apoio FAPEMIG, 2004.

MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de e ALVES, Gabriela Santos. *Da alegria e da angústia de diluir fronteiras: o diálogo entre a História e a Literatura*. In: *Revista Cantareira, Niterói*. Disponível em: <[www.historia.uff.br/cantareira/edicoesant/cantareira/index.html](http://www.historia.uff.br/cantareira/edicoesant/cantareira/index.html)>. Acesso em: 23 de junho de 2010.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10,1993.

- PIERONI, Geraldo. *Documentos, historiografia e ficção: uma trajetória literária da Inquisição portuguesa*, in *Revista Portugues Studies Review*, Volume 6, number 2, 1997-98, Durham, New Hampshire.
- RAMALHO, Oyama. O casamento do Padre Pontes: narrativa histórica ou ficção? *Academia de letras de São João del-Rei*, 2005. disponível em < <http://www.academialetrassjdel-rei.org.br/revist/revist.htm>>, acesso em 25 de março de 2009.
- SILVA, Edlene Oliveira. *Entre a batina e a aliança: das mulheres de padres ao movimento de padres casados no Brasil*. 2008. Tese. Doutorado em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- SOBRINHO, Antonio Gaio. *Memórias de Conceição da Barra de Minas*. São João del-Rei: Imprensa Universitária, 1990.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela inquisição*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- VALENSI, Lucette. *Fábulas da Memória. A Batalha de Alcácer Quibir e o Mito do Sebastianismo*. Trad. de Maria Helena F. Martins. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.
- VIEIRA, Fernando Gil Portela. *O Santo Ofício da Inquisição na colônia e nas letras: as apropriações da cristã-nova Branca Dias na literatura*. 2007. Dissertação. Mestrado em História, UFF, Niterói, 2007.